

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XLVI - 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O PATRIOTA QUE BATE CONTINÊNCIA AOS EUA



Com o slogan de campanha "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) vem mostrando suas inclinações por uma política privatista e subserviente ao mercado internacional em suas escolhas para a composição do governo. **Leia a matéria completa na página 3.**

Veja nesta edição:

2 Editorial:
Brasil acima de tudo?

3 Qual o interesse da ANP
na Petrobrás?

4 Sem efeito prático, TST analisa recurso
da Petrobrás em ação da RMNR



EDITORIAL

Brasil acima de tudo?

No último período, Jair Bolsonaro emplacou um jargão que se transformou em seu principal slogan de campanha: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!". A primeira frase da expressão, repetida em *lives*, pronunciamentos, debates e entrevistas, estaria relacionada a um suposto compromisso patriótico de Bolsonaro. Mas que patriota é esse que bate continência para os interesses norte-americanos?

Bolsonaro e seus aliados têm, há algum tempo, criticado a política externa brasileira do período Lula/Dilma, taxada como "ideológica" e nada patriótica. A atuação internacional de governos anteriores, entretanto, foi reconhecida como uma política ativa e ativa, tendo como norte a soberania do Brasil e da América Latina.

A promessa "patriótica" de Bolsonaro é intensificar o que já temos assistido no (des)governo Temer: trocar uma política externa soberana por um alinhamento incondicional aos Estados Unidos. O novo governo tem dado sinais de que a participação do Brasil em articulações como os BRICS, Unasul e Celac pode acabar. Além disso, relações comerciais com parceiros importantes estão em risco iminente diante de um equipe de governo analfabeta quanto ao tema das relações internacionais.

Não nos preocupa saber para quem Bolsonaro e seus filhos mimados estão batendo continência. Nós, petroleiras e petroleiros, que trabalhamos em uma empresa símbolo da soberania nacional, nos preocupamos com as consequências dessa política externa para o futuro da Petrobrás, do pré-sal e do desenvolvimento do nosso País. Se retomarmos a lógica de falar fino com os EUA e grosso com nossos irmãos latino-americanos, a luta vai ser ainda mais dura!



INFORMES

Sindipetro/MG recebe relatório sobre acidente na Regap

Após cobrança do Sindipetro/MG, a gerência da Petrobrás entregou na última segunda-feira (3) uma cópia do relatório da Comissão de Investigação de Acidente formada para apurar as causas do acidente que deixou três trabalhadores da Regap feridos em agosto deste ano.

O relatório foi concluído há mais de três meses e está sendo analisado pela diretoria do Sindipetro/MG. O acidente deixou o operador Antenor Pessoa Cavalcante gravemente ferido. Ele foi atingido por ácido sulfúrico 98% e sofreu queimaduras nas costas, peito e parte do rosto, além do braço e antebraço esquerdos. Ele também sofreu uma lesão reversível no olho direito e ainda segue em recuperação. Outros dois trabalhadores terceirizados também foram atingidos no acidente, mas tiveram apenas ferimentos leves.

Ministério do Trabalho é enterrado de vez

E o vai e vem do Ministério do Trabalho parece ter tido um fim. Em entrevista à Rádio Gaúcha na última segunda-feira (3), o ministro que coordena a transição e futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), afirmou que o Ministério do Trabalho deixará de existir no governo de Jair Bolsonaro.

A atual estrutura da pasta será dividida entre os ministérios da Justiça (Sérgio Moro), da Cidadania (Osmar Terra) e da Economia (Paulo Guedes). A princípio, Moro cuidará da concessão de cartas sindicais e fiscalização do trabalho escravo. Já o superministro da Economia ficará a cargo das políticas de geração de emprego. Inicialmente, Bolsonaro anunciou que reduziria os ministérios de 29 para 15. Entretanto, voltou atrás e decidiu manter 22. Ainda faltam ser anunciados os ministros do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos.

CALENDÁRIO

DEZEMBRO

8 e 9: 6º Módulo do Curso de Realidade Brasileira, na sede do Sindipetro/MG;

14 a 16: II Festival Estadual de Arte e Cultura da Reforma Agrária, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em Belo Horizonte

21: Início do recesso de fim de ano no Sindipetro/MG;

25: Natal;

JANEIRO

07: volta do funcionamento da sede do Sindipetro/MG;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thais Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetro.org.br - sindipetro@sindipetro.org.br

BOLSONARO PRESTA CONTINÊNCIA AOS INTERESSES NORTE-AMERICANOS

A bandeira do nacionalismo, que norteou a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, parece já estar a meio mastro. Com o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", o presidente eleito "vendeu" à parte do eleitorado a ilusão de que retomaria o Brasil para os brasileiros e de que não se curvaria a nações estrangeiras.

No entanto, não é bem isso que tem acontecido. Por mais de uma vez, Bolsonaro prestou continência aos Estados Unidos. O caso mais recente aconteceu na semana passada, durante visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, John Bolton, assessor do presidente norte-americano, Donald Trump, a quem o presidente eleito fez o gesto. Mas, no ano passado, o militar da reserva já havia prestado homenagem à bandeira norte-americana, em um restaurante em Miami, na Flórida.

De acordo com o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, a continência é uma forma de o militar manifestar "respeito e apreço aos seus superiores, pares e subordinados". Trata-se de "uma saudação prestada pelo militar e pode ser

individual ou da tropa" prestada "à autoridade e não à pessoa".

Ainda conforme o documento, ela "parte sempre do militar de menor precedência hierárquica; em igualdade de posto ou graduação, quando ocorrer dúvida sobre qual seja o de menor precedência, deve ser executada simultaneamente". É dada também à bandeira nacional, ao hino nacional, a autoridades e à tropa. Bandeiras, hinos e tropas estrangeiras devem ser saudados apenas em ocasiões como cerimônias cívicas e solenidades previstas no Regulamento.

Por isso, o gesto de Bolsonaro causa ainda mais estranheza. Segundo o ex-coordenador da FUP, João Antônio Moraes, a postura do presidente eleito é muito grave. "Ao bater continência para a bandeira americana quando ainda era apenas deputado, já era preocupante pois ele também era militar da reserva. Agora, enquanto presidente eleito do Brasil, ou seja, o mandatário da nação, bater continência a um civil e funcionário público americano é ainda mais grave".

Moraes explica que a gravidade não se dá pelo descaso com as regras da continência mas pela simbologia que tudo isso representa. "É a sim-



bologia da submissão dos interesses do Brasil aos interesses de outras nações. E, no caso particularmente dos Estados Unidos, considero ainda mais grave pois se trata de um País que é claramente concorrente do Brasil. A economia do Brasil é extremamente concorrente à dos Estados Unidos. Então, quando um governo tem essa postura, na verdade, está assumindo publicamente que vai realinhar nossas relações internacionais aos interesses estadunidenses".

Ele lembrou ainda que, durante o segundo mandato do Lula e primeiro mandato de Dilma Rousseff, o Brasil adotou uma postura, em sua visão

certada, de redirecionamento das relações internacionais do País. Houve uma aproximação com China, países árabes e África, sem cortar relações com a economia americana mas também deixando de ser tão dependente dela - que teria sido fundamental para o Brasil crescer e gerar empregos. "Por isso, não é nenhum exagero dizer agora que, essa submissão de Bolsonaro aos interesses de Trump, a médio e longo prazo representará grandes prejuízos ao Brasil, e isso inclui todas as classes sociais, mas, em especial, os trabalhadores que têm seus interesses diretamente vinculados ao destino da nação".

Qual interesse da ANP na privatização da Petrobrás?

Em entrevista recente à imprensa, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone disse que espera que Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) se posicione ainda este ano sobre um pedido da autarquia. A agência reguladora pede que o órgão tome medidas de quebra do monopólio da Petrobrás sobre o refino no Brasil.

O pedido da ANP, a entrevista de Oddone à imprensa e essa declaração do diretor da Agência sobre monopólio são completamente absurdas, mas certamente carregam por trás algum interesse. O monopólio do re-

fino no Brasil foi quebrado em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A intenção na época já era a privatização da Petrobrás, assim como é agora, nos governos Temer/Bolsonaro. Isso deixa ainda mais claro que há interesses escusos na declaração de Oddone. Ou alguém acha que o diretor-geral da ANP não sabe que no Brasil não há monopólio sobre o refino há mais de 20 anos?

Na verdade, essa fala dele à imprensa converge com as intenções do atual governo e do presidente eleito Jair Bolsonaro de privatizar as refinarias brasileiras e entregar o mercado de combustíveis do País a empresas

estrangeiras. E o argumento falacioso sobre o monopólio pode dar fôlego ao processo de privatização de quatro refinarias da Petrobrás - suspenso graças a uma liminar do STF.

Segundo o coordenador do **Sindipetro/MG**, Anselmo Braga, não há outra justificativa por trás dessa jogada da ANP que não a privatização da Petrobrás. "Ele fala em quebrar um monopólio que não existe desde o governo FHC. Nenhuma empresa quis construir refinaria no Brasil em todo este período. Isso acontece devido ao alto custo de construção e o elevado tempo de retorno. O mesmo ocorre no setor elétrico. Então, os empresá-

rios querem pegar a estrutura pronta e financiar a longo prazo pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. Será mais um assalto ao povo brasileiro, como foi no caso da Vale".

A privatização do refino é mais um dos ataques do governo sobre a Petrobrás. No governo Temer, vários passos foram dados no sentido de vender a empresa, como a instituição da política de preços dos combustíveis, a redução de pessoal, os mega leilões do pré-sal com pagamentos de bônus baixíssimos e a tentativa de entrega da cessão onerosa do pré-sal e do seu excedente à iniciativa privada.



SEM EFEITO PRÁTICO, TST ANALISA RECURSO DA PETROBRÁS EM AÇÃO DA RMNR

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) voltou atrás e vai analisar o recurso apresentado pela Petrobrás contra a decisão da Corte que, em junho deste ano, votou em favor dos trabalhadores nos processos que cobram a diferença no complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR)

Em decisão proferida na última segunda-feira (26), o presidente do TST, ministro do João Batista Brito Pereira, reconsiderou a decisão anterior em que havia suspenso a análise das ações, e determinou a retomada da análise do caso na Corte.

No entanto, isso não permite a retomada do julgamento e execução das ações coletivas e individuais em trâmites nas Varas do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho que discutem a matéria da RMNR. Esses processos continuam suspensos em razão da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 26 de julho deste ano.

Com isso, o efeito prático da decisão do presidente do TST é bastante

restrito. O despacho permitirá apenas que o TST finalize a análise dos recursos de Embargos de Declaração da Petrobrás e da União, que pedem esclarecimentos sobre a decisão que concedeu a diferença no complemento da RMNR aos petroleiros.

Porém, a decisão de mérito do processo, que vai deliberar de modo definitivo sobre o direito dos trabalhadores no processo da RMNR, continua vinculada a uma decisão do STF, ainda sem data prevista para julgamento.

ENTENDA O CASO

A decisão do TST, de 21 de junho de 2018 (IRR – 21900-13.2011.5.21.0012), uniformizou o entendimento acerca do cumprimento da Cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria petroleira referente à RMNR – após longa espera dos trabalhadores que tiveram seus processos suspensos por mais de três anos (entre março de 2015 e junho de 2018).

No entanto, no dia 27 de julho, o ministro do STF, Dias Toffoli, suspenso a aplicação da decisão. Com

isso, todos os processos – inclusive aqueles que estavam em execução – foram suspensos e estão aguardando uma nova decisão do Supremo, para analisar em Recurso Extraordinário da Petrobrás. No entanto, não há sequer previsão de data para esse julgamento.

A justificativa de Toffoli para a liminar foi de que se tratava de uma matéria constitucional. No entanto, o caso diz respeito à esfera trabalhista. Segundo Sidnei Machado, advogado que atua nos processos do **Sindipetro/MG**, a decisão trata-se de “uma medida de exceção, uma sucessão de erros, uma balbúrdia jurídica provocada pelo Supremo em matéria que não lhe competia interferir”.

Ele explica ainda que a matéria da RMNR é questão de interpretação e aplicação do Acordo Coletivo. “Quem afirmou isso foi o próprio STF. Em vários julgados anteriores a Corte vinha se recusando a apreciar recursos da Petrobrás com o fundamento oposto ao usado por Toffoli para conceder a liminar”.

Votação da cessão onerosa é adiada

A brigada petroleira voltou para Brasília para mais uma vez mobilizar os senadores contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 78/2018. A medida prevê a autorização para que a Petrobrás privatize até 70% dos 5 bilhões de barris da cessão onerosa e a entrega de 15 bilhões de barris excedentes às multinacionais. Até o fechamento desta edição de O Petroleiro, não havia previsão para a votação do projeto.

Segundo o diretor do Sindipetro-ES, Felipe Homero Pontes, o atual governo e o governo eleito estão tentando aprovar a medida ainda este ano e, para isso, o texto deveria passar sem emendas. No entanto, os senadores estão sendo pressionados por governadores e prefeitos que também querem uma fatia do bônus de assinatura que decorrerá do leilão da cessão

onerosa.

O texto tramita no Congresso desde junho e a brigada petroleira tem denunciado os inúmeros prejuízos que a medida traz para o Brasil e para a Petrobrás. Um estudo realizado pela Advocacia Garcez e divulgado em novembro, demonstrou que a aprovação da medida representará um impacto de mais de R\$ 7 bi para Minas Gerais só em 2019. Além disso, a proposta prejudica a arrecadação do País e o próprio crescimento e desenvolvimento da Petrobrás.

A proposta da FUP e seus sindicatos é de que Petrobrás continue a operar com a titularidade da cessão onerosa - onde obteve condições especiais e já possui toda a infraestrutura necessária - e que fosse contratada diretamente pela União em regime de partilha para explorar o excedente.

Incêndio atinge RNEST (PE)

Um incêndio de grandes proporções assustou petroleiros da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, na última terça-feira (4). O fogo ocorreu em uma torre da unidade de Coqueamento Retardado (U-21). Foram necessárias mais de duas horas para que as chamas fossem controladas e, por sorte, ninguém se feriu.

Ainda não se sabe o que provocou o incêndio na refinaria, mas a principal suspeita é o sucateamento da unidade que está na mira de ser privatizada. “Acidentes como este são consequência de redução de efetivos e falta de manutenção, além de outros problemas graves de gestão”, afirmou o coordenador do Sindipetro-PE/PB, Rogério Almeida. A Petrobrás informou que a unidade atingida pelo incêndio está paralisada.



Cine Santa Tereza

Neste mês de dezembro, o Cine Santa Tereza está com uma programação especial. Há sessões diárias, como exceção dos domingos e feriados, e o **Sindipetro/MG** destaca alguns dos filmes exibidos:

O PROCESSO (Maria Augusta Ramos | Brasil | 2018 | Documentário | 141 min)

O documentário acompanha a crise política que afeta o Brasil a partir 2013 sem nenhum tipo de abordagem direta, como entrevistas ou intervenções nos acontecimentos. A diretora passou meses no Planalto e no Congresso Nacional captando imagens sobre votações e discussões que culminaram com a destituição da presidenta Dilma Rousseff do cargo.

Exibição: 05/12 - 18h20 // 09/12 - às 19h. Classificação indicativa: livre.

1968, A GREVE DE CONTAGEM (Carlos Pronzato | Brasil | 2018 | Documentário | 50 min)

Por meio de depoimentos, o documentário reconstrói a histórica greve na Cidade Industrial de Contagem, na Grande BH, que culminou na famosa greve de Osasco, em São Paulo. Os episódios acirram o confronto com a burguesia no período militar e lançou as sementes do novo sindicalismo que surgiria uma década depois.

Exibição: 12/12 - 19h30. Classificação indicativa: 14 anos.

PEÕES (Eduardo Coutinho | Brasil | 2004 | Documentário | 85 min)

A história pessoal de trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC paulista que tomaram parte no movimento grevista de 1979 e 1980, mas permaneceram em relativo anonimato. Eles falam de suas origens, de sua participação no movimento e dos caminhos que suas vidas trilharam desde então. Recordam os sofrimentos e recompensas do trabalho nas fábricas e comentam o efeito da militância política no âmbito familiar.

Exibição: 27/12 - 19h30. Classificação indicativa: livre.

CINE SANTA TEREZA

Rua Estrela do Sul, nº 89, bairro Santa Tereza - Belo Horizonte. Programação completa: <http://www.facebook.com/miscinesantatereza>